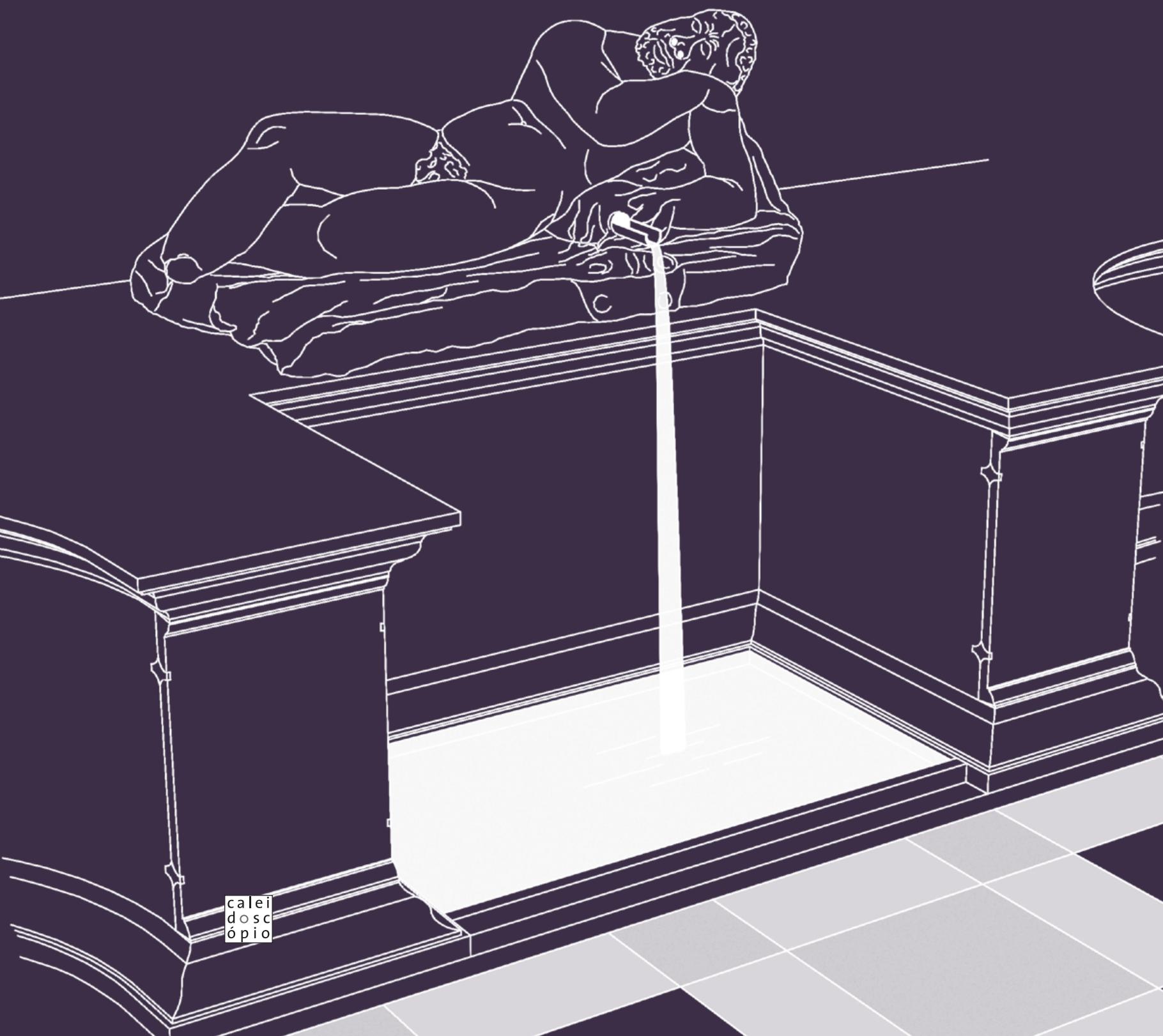
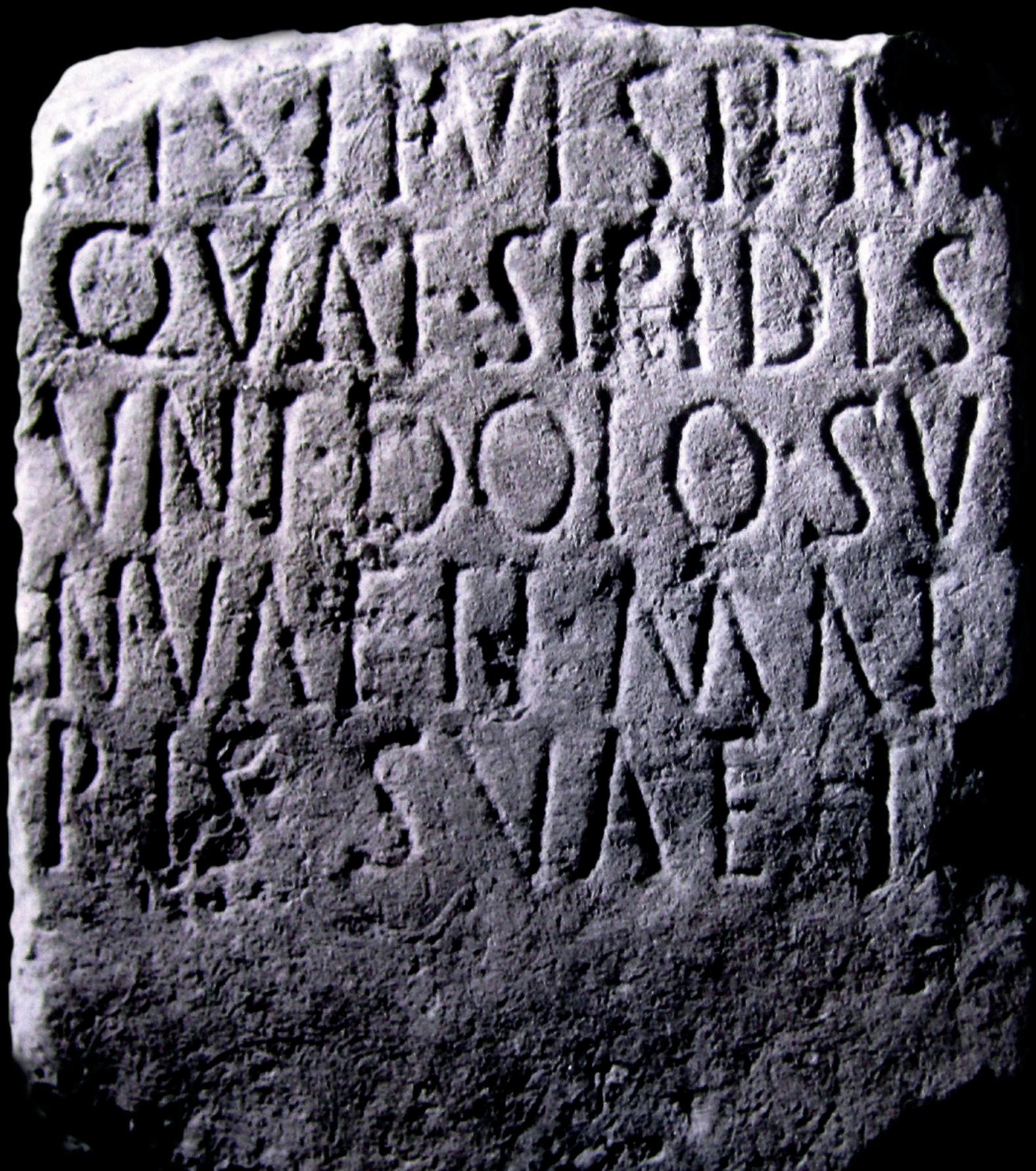


LISBOA
ROMANA FELICITAS IULIA OLISIPO

Os monumentos epigráficos





Epigrafia romana no concelho de Cascais

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Apresentam-se os traços característicos dos monumentos epigráficos romanos identificados no aro do concelho de Cascais: a singularidade do seu núcleo votivo, com dois ex-votos a divindades indígenas e um terceiro, a oferta de dois *magistri* a uma *dea*; a importância do ponto de vista cultural de uma possível *defixio* e, no âmbito da epigrafia funerária, o predomínio de uma conotação honorífica.

Constitui elemento distintivo do conjunto das inscrições romanas identificadas no aro do concelho de Cascais o seu núcleo votivo, dada a sua singularidade.

Primeiro, uma ara dada como existente, no século XVI, numa 'igreja de S. Paulo' e que, por isso, sempre debalde se procurou em Lisboa, viria a ser desenterrada, em 1966, a fazer parte do que haviam sido as paredes de uma desaparecida capelinha em honra daquele santo na quinta dos Padres Salesianos, em Carrascal de Manique.

Depois, o fragmento de um estranho texto, porventura encontrado em Alcoitão e passível de se interpretar numa perspetiva mágica.

Em terceiro lugar, dada a experiência adquirida pelo longo trato fotográfico com inscrições – topou Guilherme Cardoso, encostada à beira duma rua em Talaíde, uma outra epígrafe não isenta de novidades.

Finalmente, logo no começo das campanhas na *villa* romana de Freiria, o bem conhecido ex-voto a *Triborunnis*.

E se é digno de realce o fragmento de Alcoitão, adiante-se desde já que os testemunhos de culto a divindades indígenas mostram – o que não se observa no restante *ager Olisiponensis* – que nesta área a Sul da Serra de Sintra (a tradicional Serra da Lua), a população pré-romana logrou manter as

FIG. 2

O fragmento de uma *defixio*, de Alcoitão
(foto de Guilherme Cardoso).

suas devoções mesmo durante o período romano.

No que concerne à epigrafia funerária, dir-se-á, a tônica dominante é a do predomínio, na estrutura textual, de uma conotação mais de homenagem a quem partiu do que a de sepultura de alguém que ali repousa, uma vez que há nítido predomínio da fórmula *faciendum curavit* em prejuízo da mais vulgar em contexto funerário: *hic situs est*.

A epigrafia de teor religioso

Aracus Arantus Niceus

A ara de Carrascal de Manique (RERC 1) pode, na verdade, assinalar um local tradicionalmente relacionado com práticas de culto, uma vez que ele foi, de certo modo, cristianizado com a construção da ermida a S. Paulo. Um culto pré-romano que, por conseguinte, se manteve.

É pré-romana a divindade venerada: *Aracus Arantus Niceus*.

Por o teónimo estar em dativo e os dois últimos epítetos se terem inscrito cada um em sua linha, pôs-se também a hipótese de ser apenas um o epíteto – *Arantoniceus* – na medida em que se regista o antropónimo *Arantonus* e se ter a ideia de que, amiúde, os epítetos, nomeadamente os concernentes a divindades indígenas, se relacionam com antropónimos, com topónimos ou com etnónimos. A segunda razão para tal opção radica no facto de, em geral, só haver um epíteto e não dois. Creio, porém, que poderemos continuar a manter as duas interpretações:

- Não é obrigatória a relação do epíteto divino com um antropónimo;

- Há divindades com dois epítetos: *Bandi Velugo Toiraeco*, por exemplo;
- Por si, cada epíteto aqui presente tem vocábulos passíveis de com ele se relacionarem: há, por exemplo, o antropónimo *Arantus* em Cárquere (HEp 7, 1997, 1286) e o feminino *Aranta*, inclusive bem perto de Manique, em Alapraia (*Iulia Aranta* – RERC 18); *Niceus*, por seu turno, aparentar-se-á com antropónimos etimologicamente gregos (derivados de νική) e com um dos títulos de Júpiter: *altero die ad templum Iovis, Nicaeum quem vocant, posuit castra* (T. Lívio, *História Romana*, livro 43, capítulo 21).

De momento, não se encontrou mais nenhum monumento dedicado a esta divindade. Cumpre referir, todavia, que se achou em La Codosera, já em território espanhol, da província de Badajoz, a epígrafe em que *Clemens* dedica *a(nimo) l(ibens)* um ex-voto a *Arpaniceo*. Também aqui a translineação ocorre imediatamente antes de *niceo*; será eventualmente por isso que Lourdes Albertos (1975, p. 56, nº 3) prefere citar o teónimo seguido de um ponto de interrogação.

Debruçou-se Blanca Prósper (2002, pp. 102-103) sobre a designação da divindade. Justifica com a existência do antropónimo *Arantonus* a opção por *Arantoniceus*, para cuja formação etimológica sugere, de resto, alguns caminhos; e chega a manifestar ceticismo quanto à existência do teónimo *Araco*, dado o vocábulo surgir aqui pela única vez na documentação epigráfica, «puesto que existe la posibilidad alternativa de que no sea tal sino una abreviatura de ARA(M) CO(NSECRA-VIT) o algo similar, aunque falte la interpunción» – e remete, em nota, para o caso da ara

FIG. 1

A ara de Talaíde
(foto de Guilherme Cardoso).



de Fundão «en que se lee, com idéntico tipo de abreviación y orden de palabras, ARA(M) POS(VIT) TONGIVS TONGETAMI [...]».

Acrescentarei que também não passam de meras hipóteses não solidamente documentáveis as propostas de explicação dos atributos desta divindade mediante a análise etimológica. Propôs-se, nomeadamente, que o radical ar- – patente igualmente no teónimo pré-romano *Arentius/Arentia* – contivesse o sentido de água corrente. Isso me induziu a mencionar a possibilidade de se relacionar a divindade com a ribeira cujo leito lhe é próximo, a atual Ribeira de Manique, que então teria, sem dúvida, maior caudal e muito maior importância.

Deste modo, sublinhei, poder-se-ia ver «na identificação desta divindade influências indígenas e influências orientais»: seria, pelo primeiro epíteto, a protetora dos *Aranti* e teria, pelo segundo, a função de lhes «infundir confiança».

Atente-se, ainda, no modo como a dedicante vem identificada, por completo fora das regras latinas: *I(ulia) Maxuma Auvi*. O *nomen* em sigla e o patronímico, sem *f(ilius)*, após o *cognomen*. Indício de mui precoce aculturação? A menção do gentilício em sigla será mais frequente já pelos finais do século II, quando sobejamente se conhecia; contudo, neste caso, também se pode argumentar que, sendo o *nomen* mais frequente em *Olisipo* e no seu *ager*, se haja considerado inútil escrevê-lo por extenso, até por uma questão de paginação. O facto de se observar algum preciosismo na fórmula final – *V(otum) A(nimo) S(uo) L(ibens) S(olvit)* – pela introdução do adjetivo possessivo, que seria desnecessário, leva a crer, no entanto, que o monumento foi feito já o século I iria avançado.

Já se discutiu se o pai se chamava *Auvus* ou *Avuus*. Questão, porventura, desprovida de interesse, uma vez que – grafando os autores como u a letra v minúscula, acaba-se por se desconhecer qual a opção adotada. Da minha parte, prefiro *Auvus*, só porque se me afigura

soar melhor, nada mais. E, uma vez que se trata, na verdade, de caso único, etimologicamente relacionável com a onomástica pré-romana, José María Vallejo inclui-o no rol da antroponímia indígena da Lusitânia (2005, p. 758).

Uma deusa

O texto da ara de Talaíde, encontrada a 23 de Janeiro de 1982, é deveras intrigante:

AVGVS · ET / HERM[E]S · DEAE / MAGIS-
TRI / DONVM

Prima pela simplicidade e concisão. Sem qualquer forma verbal, afirma-se que se está perante uma oferta (a da própria ara), da iniciativa de Augo e Hermes, que se identificam como sacerdotes «da deusa».

Deduziu-se, de imediato, que a menção de *magistri* implicava a existência de um culto organizado e, por outro lado, que havia a necessidade de tal culto se realizar em espaço próprio, onde, aliás, a oferta deveria ter sido colocada. A onomástica dos sacerdotes, mormente *Hermes*, de forte consonância grega, indiciava que poderiam ser escravos ou libertos – neste caso, haviam preferido a identificação pelo seu antigo nome de escravos, pelo qual, mui naturalmente, seriam mais conhecidos. *Augus*, ainda que antropónimo etimologicamente latino, prende-se, de modo especial, com o verbo *augere*, ‘aumentar’, que está, de resto, na génese da palavra *Augustus*, que o primeiro imperador adotou para seu nome próprio. Uma conotação de amplo teor religioso, portanto.

O que, todavia, chamou logo a atenção de Jaime Alvar (1983) foi a forte possibilidade de o vocábulo *dea* ter um significado preciso: concretamente, Cíbele, *Mater Deum*, a «Mãe dos Deuses», que nalgumas epígrafes somente vem mencionada como a *Dea*, dando a entender que se tratava da Deusa por excelência. Tive ocasião de lhe contrapor, em artigo publicado

com data de 1985-1986, que se tratava apenas da forma de identificar a divindade em cujo local de culto se entregara a doação. Para nós, uma incógnita; para os devotos de então, nada mais natural, como quando pomos uma vela no altar da Senhora de Fátima não carecemos de explicação: o objeto do culto está implícito. Daí, com outros exemplos, se retirou a conclusão de que a omissão dos teónimos em inscrições votivas ou a sua singela menção mediante siglas ou nomes genéricos era indício de que o ex-voto em causa se destinava a ser depositado no local do seu culto.

Triborunnis

Já houve ocasião de referir o elevado interesse desta ara, achada, a 27 de Agosto de 1985, no decurso das sondagens arqueológicas que realizávamos na *villa* romana de Freiria. Um interesse que radica em três pontos:

- Documenta o ritual: antes de se instalar, antes de ousar lavrar a terra, o recém-chegado prestava culto à divindade protetora do local, ao *genius loci*, a solicitar-lhe o necessário apoio e a mostrar-lhe a sua devoção:
- Não havia sido encontrada ainda esta grafia do teónimo. Isto é: não me parece que deva ter-se esta divindade como nova em relação ao que já se conhecia do panteão pré-romano. Havia *Trebaruna*, *Trebaronna*... nomes demasiadamente parecidos para não os considerarmos como variantes ortográficas da designação do mesmo númen. Acrescia a isso o facto de – e já Scarlat Lambrino o intuía – haver grande semelhança entre a onomástica patente nas epígrafes da (actual) Beira Baixa e a desta zona ocidental do *ager Olisiponensis*. Ora, *Trebaruna* era divindade dessa região. E estava tudo explicado.

- A epígrafe denuncia, quer pela grafia quer pelas siglas e vocábulos usados, que se está perante alguém plenamente imiscuído na cultura latina, tanto mais que ostenta um gentílico ‘clássico’ (diríamos) e pela primeira vez identificado na Hispânia: *Curiatius*. Para cúmulo da perfeição, adotara um *cognomen* – *Rufinus* – típico dos olisiponenses.

Diz o seguinte a epígrafe:

TRIBORVNNI / T(itus) · CVRIATIVS · /
RVFINVS · / L(ibens) · A(nimo) · D(edit)·

«A Triborunis – Tito Curiácio Rufino ofereceu de livre vontade».

Uma paginação cuidada, segundo eixo de simetria; pontuação habilidosamente colocada, inclusive no final das linhas, com finalidade estética; impecável rasgar dos caracteres.

Quanto ao significado concreto do teónimo, com base na análise etimológica – sempre interessante porque se parte do princípio de que se designam as divindades de acordo com os atributos concretos que têm –, será aliciante comprovar a ideia que se nos afigurou mais adequada ao sítio: ser *Triborunnis* a divindade que superintendia no bom caudal do ribeiro que servia a *villa*.

Uma *defixio*?

O texto – inclusive porque só dispomos de um fragmento – reveste-se de enigma. Já se revestiria, era certo, mesmo que o tivéssemos na totalidade, porque há sempre mistério a envolver a prece em que se requer a intervenção divina no secreto desembrulhar de um caso bicudo.

Recordo a *tabella defixionis* de Alcácer do Sal, em que, mui sub-repticiamente, deitando a lâmina de chumbo, dobrada, no tanque sacrificial, se invocam sacrossantos poderes para

que o ladrão seja castigado e os bens restituídos (Encarnação 2019, pp. 177-185).

No caso de Alcoitão, se INAVRES – arrecadas – poderá ser verosímil opção interpretativa, o que se segue é deveras elucidativo: *et vestem quae sibi desunt dolo*, «e a roupa que, por dolo, lhe faltam». Parece que o dolo terá sido cometido por Súnua e sua mãe – e será sobre elas que a maldição impede.

Também aqui a paleografia é excelente, a gravação impecável, os pontos colocados onde são precisos; a paginação não respeita a divisão silábica, mas foi preocupação do *ordinator* obter um alinhamento à esquerda e à direita.

Note-se, ainda, que o único antropónimo patente na epígrafe se enquadra claramente num horizonte pré-romano, o que não pode ser despiciendo, porque indicativo de mui precoce adaptação aos rituais romanos por parte dos indígenas desta zona sudoeste do *ager Olisiponensis*.

A epigrafia funerária

Refletir-se-á mais adiante acerca do vasto mundo de sugestões que a epigrafia funerária nos traz. De momento, contudo, para exemplificar, escolho o fragmento de uma estela funerária paralelepipedica. Podemos, aliás, afirmar que é este tipo de estela, com espessura bastante para se aguentar de pé sem apoio, e são as cupas (em forma de pipa estilizada, de dorso alisado e bem semicircular, a inscrição num dos topos) os monumentos funerários dominantes. Não há placas, destinadas a embutir num jazigo. A epigrafia da morte, no território romano que é hoje Cascais, revela-se envolta num manto de simplicidade.

De resto, a singeleza é tanta – quiçá também porque dispomos de monumentos seguramente da 1ª metade do século I da

nossa era – que amiúde se omitem eventuais laços de parentesco, se é que os havia.

O fragmento escolhido (RERC 18) proveio da Quinta da Bela Vista, Alapraia, povoação pertencente, do ponto de vista administrativo, à União das Freguesias de Cascais e Estoril.

O texto é o seguinte:

Q(*uintus*) · MARIVS [...] / F(*ilius*) · GAL(*eria tribu*) · TAN[GI]/NVS · IVLIA M(*arci*) F(*ilia*) / ARANTA · H(*ic*) · S(*iti*) · [S(*unt*)]

«Aqui jazem Quinto Mário Tangino, filho de [...], da tribo Galéria; Júlia Aranta, filha de Marco».

Na onomástica, a simbiose entre os nomes de mui vernácula estirpe latina e os de tradição indígena (*Tanginus* e *Aranta*). A menção de pertença à tribo Galéria, de *Olisipo*, a demonstrar ser cidadão. A ausência – comum nos primórdios do século I da nossa era – da consagração aos deuses Manes. Ausência também de qualquer referência a eventuais laços de parentesco ou outros: terá sido Aranta a mulher de Tangino? No plano mental dos nossos dias, essa poderia ser a hipótese mais lógica; mas... terá sido?

Grafitos

Atribui-se ao grafito – habitualmente inscrito nas peças cerâmicas – um valor documental a que, até mui recentemente, se não ligava importância. Fruto da espontaneidade e sempre embrulhado nalgum halo de mistério, o grafito constitui um dos elementos que mais nos incitam a penetrar no âmago de uma sociedade que, em quase clandestinidade, pensa, se insinua, protesta ou aplaude.

FIG. 3

Exemplo de inscrição funerária
(foto de Guilherme Cardoso).

Q. MARIUS
E. CALTIA
V. SIVILIANI
A. RANETTI



Por enquanto, a epigrafia do aro cascalense não proporcionou, nesse domínio, dados dignos de realce. O mais interessante será esta urna identificada a 5 de Setembro de 2000, na sepultura 2 do sítio de Vilares (Murches, Freguesia de Alcabideche).

Três siglas de cada lado da urna, que se interpretaram como a identificação dos indivíduos cujas cinzas repousariam – ou iriam repousar!... – no seu interior. Dois irmãos? *M(arci) I(ulii) F(elici?)* e *M(arci) I(ulii) S(everi?)*? Sim, a identidade das siglas iniciais aponta para estarmos perante o mesmo *praenomen* e o mesmo *nomen*. Optou-se por *Iulius*, só porque é o mais corrente na área. Mas... o que os arqueólogos encontraram dentro foi... o esqueleto «de uma jovem de idade compreendida entre os 19 e os 22 anos»!

Nesse contexto, dir-se-á que o comum halo de mistério que envolve os grafitos aqui mais se adensa ainda ... E assim deve permanecer!

Para uma perspectiva global

Data de 2001 a 2ª edição do citado *Roteiro Epigráfico Romano de Cascais*. De então para cá não se encontraram mais epígrafes. Por conseguinte, ousaria propor-me a seguir, em linhas gerais, as conclusões a que então se chegou, depois de analisadas, uma a uma, as 41 inscrições até esse momento identificadas.

Anote-se, desde já, que, pela exiguidade dos testemunhos, não se pode considerar importante, a nível nacional e, muito menos, peninsular, a epigrafia romana atribuível ao território hoje administrativamente pertencente ao concelho de Cascais. Ela é, no entanto, extremamente significativa.

Se os poucos epitáfios que restam estão, na sua quase totalidade, truncados, houve possibilidade, de um modo geral, de os reconstituir,

o que, relacionando-os com os demais cujo texto nos foi transmitido por manuscritos, veio permitir caracterizar, do ponto de vista do seu estatuto social e origem, a população que habitou Cascais ao tempo dos Romanos. Por outro lado, como já se viu, as epígrafes votivas constituem documentos ímpares para o conhecimento das práticas religiosas.

A população

Se os monumentos analisados são datáveis, na sua esmagadora maioria, do século primeiro da nossa era, a forma como se identificam e a onomástica que ostentam permitiram afirmar, sem sombra de dúvidas, que a maior parte dos indivíduos lembrados nas inscrições cascalenses provém ou são mesmo os primeiros descendentes da leva inicial de colonos que, oriundos da Península Itálica, diretamente ou com passagem pelo Norte de África, aqui aportaram no momento da fundação de *Olisipo*.

De um modo geral, todos os elementos masculinos da população estão inscritos na tribo Galéria. Os *Iulii*, que, pelo menos teoricamente, deveriam ser os mais abundantes, pois que estamos no território duma fundação júlia, são-no de facto, com oito testemunhos seguros e quatro prováveis. Mas os demais são, pelos gentilícios, gente alheia à Lusitânia, e, até, à *Hispania*. Vejam-se os *Loreii*, os *Curiantii*, os *Valgii*, os *Ernii* ou os *Aponii*. Importante é, também, a circunstância de, em 24 monumentos com onomástica, se haverem mencionado 15 famílias diferentes!

Os cognomes são primordialmente latinos; aqui e além, uma reminiscência pré-romana (como *Aranta*, *Sunua*, *Tanginus*...) a atestar que, também aqui, a miscigenação se concretizou e que o estrato indígena cedo aceitou a latinização da sua onomástica tradicional.

FIG. 4
Um dos grafitos da urna cinerária de Vilares
(foto de Severino Rodrigues).

Quanto à vida social, da comunidade, não dispomos, por exemplo, de indicação epigráfica – expressa ou subentendida – da existência de escravos ou de libertos. Talvez só *Cornelia Gamice* (RERC 9), pelo cognome de origem grega, se pudesse incluir entre os libertos; é, porém, hipótese remota. Serão, talvez, libertos, como se adiantou, os sacerdotes da deusa venerada em Talaíde.

Pela frequência com que toma iniciativas e o proclama (veja-se o caso da repetida referência **de suo**, ‘a expensas suas’), parece que à mulher terá assistido um papel de certa preponderância.

Nem sempre os laços de parentesco vêm expressos nos epitáfios, quer em casos de dois enterramentos, quer do dedicante em relação ao defunto. Por vezes, a identidade de gentílios – significativa de pertença a uma mesma família – leva a supor que se trata de irmãos ou de filhos; mas também os libertos têm o gentílico da *gens* que os libertou e à qual passaram a pertencer. E tudo isso nos é voluntariamente ocultado.

Menciona-se onze vezes a idade com que se faleceu e em relação a 9 casos ela é omitida. Trata-se de um procedimento normal nesses primórdios do século I. São jovens esses defuntos: 5 faleceram com 25 anos, 2 com 30, 1 com 20 – menções certamente arredondadas em lustros, como é assaz corrente na epigrafia da Lusitânia; no entanto, *Iulia Fundana* viveu apenas 19 anos e *Valgia Sabina*. 22. Nada se poderá discorrer, contudo, acerca de eventuais médias de vida, inclusive atendendo à escassez de dados disponíveis e também por ser mais natural que se lavrem epitáfios em relação aos jovens cujo passamento maior tristeza acarretou do que em relação a idosos cuja morte se encara como esperada.

No que concerne a índices culturais, duas perspectivas de análise se nos apresentam: a tipologia dos monumentos e a estrutura textual.

Quanto à primeira, qualquer dos três tipos de monumentos funerários adotados – a

estela, a cupa ou o cipo – revela nítida reminiscência dos tipos monumentais alheios à Península Ibérica. De qualquer deles vamos encontrar modelos nas regiões itálicas, por exemplo. E em nenhum poderá vislumbrar-se eco de hábitos pré romanos, indígenas, uma vez que os longos cipos paralelepípedicos – encimados muitas vezes por vistoso capitel – nada têm a ver com uma singular tradição anterior e reveem-se, antes, na sumptuosidade das peças itálicas; adivinha-se-lhes a imponência pela base que se identificou em Murches e outra que recentemente se encontrou no Casal do Clérigo. A cupa mais não é do que a reprodução em ponto pequeno dos monumentos abobadados, de maiores dimensões, que abundam na Península Itálica e no Norte de África.

Os tiques epigráficos

Todas as pedras parecem ter vindo da mesma zona de São Domingos de Rana, explorando, contudo, filões diferentes. Nem todos os bancos, aliás, tal como hoje acontece, deram pedra igual. De qualquer modo, trata-se de um calcário mais ou menos metamórfico: lioz, se brando e esbranquiçado; se mais compacto e róseo, preferimos chamar-lhe ‘mármore’, porque, embora não seja designação cientificamente ajustada, essa variedade é suscetível de polimento.

Decerto se situavam na zona de Rana e de São Domingos as oficinas lapidares, se atendermos, inclusive, ao facto de essa tradição do trabalho da pedra se ter mantido até aos nossos dias.

Aspeto a salientar é o uso habitual da goiva, cinzel de bordos boleados com que se talham as letras de sulco arredondado, de preferência ao badame, cinzel com que se abrem as letras em bisel, vulgar noutras áreas da Lusitânia.

Não podemos falar em uniformidade paleográfica, mas não há dúvida de que, nesse

aspecto, todas as epígrafes se assemelham bastante, quer no módulo das letras quer na forma de as gravar. Quiçá também isso se deva à sua relativa contemporaneidade.

Uniformidade, porém, não existe em relação às molduras. A adoção de um ou de outro tipo terá mais a ver com as proporções do monumento do que com outros fatores.

Quanto ao formulário adotado, ele prima pela variedade e pela originalidade no que concerne à epigrafia religiosa, como se viu; mas, nos epitáfios, as regras seguidas foram as comuns. Há um conjunto de epitáfios, dos primórdios do século I, em que ao nome do defunto em nominativo, com ou sem menção da idade, apenas se junta *h(ic) s(itus) e(st)*. Num segundo grupo – porventura de uma fase mais adiantada – acrescenta-se o nome do dedicante, com rara menção de parentesco, seguido da fórmula consagrada *F(aciendum) C(uravit)*. Ausente, o voto

sit tibi terra levis, «que a terra te seja leve», corrente apenas a partir de meados do século II d. C.

Em três monumentos surge a invocação aos deuses Manes, mas por extenso ou abreviada, a determinar o genitivo do nome do defunto, sintoma de um primeiro relacionamento, ao nível dos conceitos, entre o defunto e os seus deuses protetores no Além. Aparece a mãe como dedicante, sem menção do nome, porventura porque é a maternidade que interessa frisar e o nome é de somenos, assumindo a palavra *mater* uma posição de relevo, indício de que à mulher caberia, nesta sociedade, e mais concretamente na família, um lugar de destaque, sublinhado no uso da fórmula *de suo fecit*, ‘fez a expensas suas’.

Uma epigrafia, por conseguinte, bem próxima dos contextos urbanos da Península Itálica ou das cidades mais romanizadas da *Hispania* meridional.

Projeto Lisboa Romana *Felicitas Iulia Olisipo*

PELOURO DA CULTURA

Catarina Vaz Pinto

DIREÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Manuel Veiga

DEPARTAMENTO DE PATRIMÓNIO DA CULTURA

Jorge Ramos de Carvalho

CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA

António Marques

COORDENAÇÃO GERAL

Jorge Ramos de Carvalho

GESTÃO DE PROJETO

Inês Morais Viegas (coord.) – DPC/DMC/CML
António Marques – CAL/DPC/DMC/CML
Cristina Nozes – CAL/DPC/DMC/CML
Manuel Oleiro – EGEAC

PARCEIROS DO PROJETO

ArqueoHoje – Arqueologia, Conservação e gestão de Património LDA.; Câmara Municipal de Alcochete; Câmara Municipal de Alenquer;

Câmara Municipal de Almada; Câmara Municipal da Amadora; Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos; Câmara Municipal de Cascais; Câmara Municipal de Loures; Câmara Municipal de Mafra; Câmara Municipal de Moita; Câmara Municipal de Oeiras; Câmara Municipal de Palmela; Câmara Municipal de Seixal; Câmara Municipal de Sesimbra; Câmara Municipal de Sintra; Câmara Municipal de Torres Vedras; Câmara Municipal de Vila Franca de Xira; Centro de Arqueologia de Almada; Direção Geral do Património Cultural (DGPC); DGPC/ Direção Regional de Cultura do Norte; DGPC/ Museu Nacional de Arqueologia (MNA); EGEAC – Cultura em Lisboa (Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural E.M.); Empark Portugal – Empreendimentos e Exploração de Parques, S.A.; Empatia – Arqueologia Lda.; Eon – Indústrias Criativas LDA.; Eurostar Museum Hotel (Lisboa); Era – Arqueologia, Conservação e Gestão de Património S.A.; Hotel Governador (Belém, Lisboa) / Nau|Hotels & Resorts; Museu Arqueológico do Carmo/ Associação dos Arqueólogos Portugueses; Museu do Dinheiro/ Banco de Portugal; Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS); Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (NARC)/ Fundação Millennium BCP; Neoépica – Arqueologia e Património LDA.; The7 Hotel (Lisboa); Veiga de Mago – Sociedade de

Serviços Financeiros e Investimentos LDA.; Egas Moniz - Cooperativa de Ensino Superior/ Instituto Universitário Egas Moniz e Centro de Investigação Interdisciplinar Egas Moniz (CIIEM); Universidade de Aveiro - Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas; Universidade de Coimbra/ Faculdade de Letras/ Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP); Universidade de Évora / Laboratório Hércules; Universidade de Lisboa/ Faculdade de Arquitetura/ Forma Urbis LAB; Universidade de Lisboa/ Faculdade de Ciências/ Departamento de Geologia; Universidade de Lisboa/ Faculdade de Letras/ Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ); Universidade de Lisboa/ Faculdade de Letras/ Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa (CEC); Universidade de Lisboa/ Faculdade de Letras/ Instituto de História de Arte (ARTIS); Universidade de Lisboa/ Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSIP); Universidade Nova de Lisboa/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Instituto de Estudos Medievais (IEM); Universidade Nova de Lisboa/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA); Universidade Nova de Lisboa/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Departamento de História de Arte.

Livro

TÍTULO

Lisboa Romana *Felicitas Iulia Olisipo*,
Os Monumentos Epigráficos

COORDENAÇÃO DO VOLUME

Ana Caessa – Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL/DPC/DMC/CML)

Ricardo Campos – Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas (CMSINTRA)

INVESTIGAÇÃO E AUTORIA

Amílcar Guerra
Carla Matias
Cézer Santos
Florbel Estêvão
José d'Encarnação
Lídia Fernandes
M. Manuela Alves Dias
Ricardo Campos
Sara Henriques Reis
Sílvia Teixeira

COORDENAÇÃO DA EDIÇÃO

Ana Caessa – CAL/DPC/DMC/CML
Ana Sofia Antunes – CAL/DPC/DMC/CML
Cristina Nozes – CAL/DPC/DMC/CML
Inês Morais Viegas (coord.) – DPC/DMC/CML

© Câmara Municipal de Lisboa, autores dos textos de cada volume e editora Caleidoscópio.

DESIGN GRÁFICO

José Ribeiro

ISBN

978-989-658-608-9

DEPÓSITO LEGAL

463308/19

TIRAGEM

1.500 exemplares

EDIÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CALEIDOSCÓPIO - EDIÇÃO E ARTES GRÁFICAS, SA
Telef.: (+351) 21 981 79 60
Fax: (+351) 21 981 79 55
caleidoscopio@caleidoscopio.pt
www.caleidoscopio.pt